

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	NOTA	2023	2022
Receita operacional líquida	15	1.112.823	903.213
Custos dos serviços prestados	16	(423.995)	(318.555)
<b>Lucro bruto</b>		<b>688.828</b>	<b>584.658</b>
Despesas administrativas e gerais	16	(113.376)	(87.202)
Outras receitas operacionais		917	1.264
Outras despesas operacionais		(290)	(1.345)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>576.079</b>	<b>497.375</b>
Receitas financeiras	17	49.597	78.621
Despesas financeiras	17	(153.149)	(150.560)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(103.552)</b>	<b>(71.939)</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>472.527</b>	<b>425.436</b>
Imposto de renda e contribuição social	18	(156.591)	(139.195)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>315.936</b>	<b>286.241</b>
<b>Resultado por ação</b>			
Lucro por ação - Básico (em R\$)	21	0,95	0,86
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	21	0,95	0,86

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	NOTA	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>315.936</b>	<b>286.241</b>
Outros resultados abrangentes:			
Valor justo de derivativos	19	298	(1.833)
IR/CS sobre valor justo de derivativos	19	(102)	623
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>316.132</b>	<b>285.031</b>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	NOTA	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>472.527</b>	<b>425.436</b>
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	16	59.306	53.924
Reversões de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13 e 16	(254)	(1.747)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	6 e 16	10.229	4.356
Perdas de títulos de contas a receber	6 e 16	11.785	13.740
<b>Resultado na baixa de intangível</b>		<b>28</b>	<b>290</b>
<b>Resultado na baixa de imobilizado</b>		<b>208</b>	<b>231</b>
Perdas líquidas com instrumentos financeiros derivativos	17 e 19	2.177	2.532
Rendimentos de aplicações financeiras	17	(38.177)	(61.378)
Encargos sobre empréstimos e debêntures	11 e 17	106.304	116.188
Amortização do custo de captação	11	2.785	3.390
Variação cambial líquida	11 e 17	(1.263)	(1.504)
Ajuste a valor presente de clientes	6 e 17	5.762	3.756
Atualização monetária para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13	703	(223)
Provisão para bônus diretoria		-	688
		632.120	559.679
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento) / Diminuição dos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		(58.784)	(59.711)
Estoques		300	(1.065)
Depósitos judiciais		(100)	(151)
Tributos a recuperar		(2.100)	(220)
Outros créditos		(5.299)	(286)
<b>Aumento / (Diminuição) dos passivos</b>			
Fornecedores e empreiteiros		5.324	2.138
Obrigações trabalhistas e sociais		1.379	1.444
Obrigações fiscais		2.446	652
Pagamento de riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13	(1.899)	(3.011)
Juros contas a pagar		(1.296)	(2.892)
Juros pagos	11	(114.514)	(99.789)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18 a.	(129.600)	(125.048)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>327.977</b>	<b>271.740</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras, líquidas		419.440	37.962
Juros recebidos		42.671	46.907
Aquisição de ativo imobilizado		(1.183)	(904)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	8	(232.593)	(146.892)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento</b>		<b>228.335</b>	<b>(62.927)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Empréstimos e debêntures pagas	11	(179.113)	(64.405)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos		181	405
Dividendos pagos	14 d.	(375.498)	(144.884)
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>		<b>(554.430)</b>	<b>(208.884)</b>
<b>Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.882</b>	<b>(71)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		2.476	2.547
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		4.358	2.476
<b>Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.882</b>	<b>(71)</b>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	2023	2022
<b>Receitas</b>	<b>1.191.438</b>	<b>975.770</b>
Services	950.572	817.826
Receitas de construção ativo intangível	250.178	161.036
Outras receitas	917	1.264
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(10.229)	(4.356)
<b>Insunhos adquiridos de terceiros</b>	<b>(464.101)</b>	<b>(333.400)</b>
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos de construção ativo intangível	(250.178)	(161.036)
Custos dos serviços prestados	(94.621)	(87.110)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(119.302)	(85.254)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>727.337</b>	<b>642.370</b>
<b>Amortização e depreciação</b>	<b>(59.306)</b>	<b>(53.924)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela companhia</b>	<b>668.031</b>	<b>588.446</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>49.597</b>	<b>78.621</b>
Receitas financeiras	49.597	78.621
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>717.628</b>	<b>667.067</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>717.628</b>	<b>667.067</b>
<b>Pessoal</b>	<b>33.546</b>	<b>29.144</b>
Remuneração direta	22.456	20.030
Benefícios	9.351	7.585
F.G.T.S.	1.739	1.529
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>248.989</b>	<b>219.560</b>
Impostos federais	248.622	219.132
Impostos estaduais	92	147
Impostos municipais	275	281
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>119.157</b>	<b>132.122</b>
Juros	115.956	128.562
Aluguéis	3.201	3.560
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>315.936</b>	<b>286.241</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio	24.538	40.047
Lucros acumulados	291.398	246.194

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(EM MILHARES DE REAIS)

Nota	Capital social	Custos de captação	Dividendo adicional proposto	Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				Legal	Retenção de lucros			
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>343.639</b>	<b>(17.356)</b>	<b>-</b>	<b>18.407</b>	<b>169.968</b>	<b>935</b>	<b>-</b>	<b>515.593</b>
Valor justo de derivativos	-	-	-	-	-	(1.210)	-	(1.210)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	286.241	286.241
Destinação:								
Reserva legal	14 c.	-	-	14.312	-	-	(14.312)	-
Dividendos intermediários	14 d.	-	-	-	(90.939)	-	-	(90.939)
Dividendos adicionais propostos	14 d.	-	-	40.047	-	-	(40.047)	-
Lucros retidos	14 e.	-	-	-	231.882	-	(231.882)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>343.639</b>	<b>(17.356)</b>	<b>40.047</b>	<b>32.719</b>	<b>310.911</b>	<b>(275)</b>	<b>-</b>	<b>709.685</b>
Valor justo de derivativos	19	-	-	-	-	196	-	196
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	315.936	315.936
Destinação:								
Reserva legal	14 c.	-	-	15.797	-	-	(15.797)	-
Dividendos intermediários	14 d.	-	-	-	(310.913)	-	-	(310.913)
Dividendos Intercalares	14 d.	-	-	-	-	-	(24.538)	(24.538)
Lucros retidos	14 e.	-	-	-	275.601	-	(275.601)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>343.639</b>	<b>(17.356)</b>	<b>-</b>	<b>48.516</b>	<b>275.599</b>	<b>(79)</b>	<b>-</b>	<b>650.319</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional

A Águas Guariroba S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 06 de agosto de 2014, domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade de Campo Grande - MS. A Companhia foi constituída em 29 de setembro de 2000, iniciando efetivamente suas operações em 18 de outubro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão nº 104 com a Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS.

Em abril de 2012, foram celebrados entre a Companhia e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, o 3º e o 4º termos aditivos ao Contrato de Concessão nº 104, que determina a extensão do prazo de concessão para exploração e prestação de serviços até 23 de agosto de 2060 ("prazo da concessão"), como consequência de equilíbrios econômicos e financeiros, decorrentes da execução de serviços adicionais ao escopo inicial e em função à incorporação da universalização da coleta e tratamento de esgoto não prevista no contrato original.

Na sequência, a partir de 2014, a Companhia recebeu, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a determinação para que a Concessionária direcionasse os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, o que impactou o cronograma de universalização dos serviços de coleta de esgoto. Em razão disso, por meio de ato do Município de Campo Grande, as metas de expansão do serviço público de esgoto previstas no 4º Termo aditivo ao Contrato de Concessão foram suspensas, para que as obras fossem direcionadas aos locais contemplados pelo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC).

Em 16 de outubro de 2017 foi recebido, da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande (AGEREG), Ofício, determinando a suspensão dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, em cumprimento à decisão liminar nº 122/2017, proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, no âmbito do processo administrativo TC/115374/2012.

Em defesa dos seus interesses e para a manutenção dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, a Companhia interps recurso de agravo de instrumento no Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, em desfavor à Decisão Liminar nº 122/2017, que determinou a suspensão cautelar do 3º e do 4º termo aditivo. No julgamento do mencionado recurso, ocorrido no dia 11 de abril de 2018, o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, por maioria de votos, decidiu dar provimento parcial ao recurso de agravo de instrumento, determinando a retirada do 4º termo aditivo da decisão liminar nº 122/2017, mantendo, porém, a suspensão do 3º termo aditivo. A Companhia opôs embargos de declaração alegando omissão no acórdão exarado, sendo que esta medida foi rejeitada em 06 de junho de 2018.

Atualmente, o processo administrativo está em fase de alegações finais para que seja julgado o mérito. A sua probabilidade de perda é remota.

A Companhia e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, com a intervenção da Agência de Regulação, firmaram em 19 de dezembro de 2018 o 7º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 104/2000, que reforça o previsto de que a Concessionária deverá direcionar os investimentos em expansão do sistema de esgotamento sanitário para os locais onde o Poder Concedente for executar obras de pavimentação asfáltica no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e, em razão disso, as partes estabeleceram, que deverá ser realizado o reordenamento do cronograma e metas de universalização do sistema de esgotamento sanitário e demais medidas necessárias para o equilíbrio econômico do contrato, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 11.445/2007 e pela Portaria Interministerial nº 571/2013, que instituiu o Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab. A Concessionária apresentou a proposta de reordenamento do cronograma de metas, que aguarda aprovação em dezembro de 2022. A Concessionária e a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande - AGEREG, celebraram o Memorando de Entendimentos, documento que precede a formalização de termo aditivo contratual, o qual tem por objeto viabilizar a repactuação das metas contratuais de universalização do serviço de esgotamento sanitário.

O objeto do referido contrato consiste na exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do Município de Campo Grande - MS, sob o regime de concessão e em caráter de exclusividade, pelo prazo inicial de 30 anos.

Segmento Operacional

A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu-se que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Base de preparação

A) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 13 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão.

B) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

C) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 9);
- Reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa nº 13);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 15); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 18).

D) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

A) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso. A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

B) Ativos intangíveis

A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "d". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo está calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo.

C) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A Companhia determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.

Ativos financeiros com problemas de recuperação. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros

contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.